



ARLINDO PATO MOTA nasceu em Troviscal (Oliveira do Bairro, Aveiro), mas foi em Lisboa que decorreu toda a sua infância e juventude, tendo estudado no Liceu Normal de Pedro Nunes. É licenciado em Filosofia e em Direito e Mestre em Ciência Política, área científica em que desenvolve doutoramento. Residente em Setúbal, exerce actualmente funções de consultoria e investigação universitária.

Cronista das publicações da Rede SEM MAIS, onde foram editadas as crónicas que integram o presente livro, o autor tem uma longa história de colaboração na imprensa nacional e regional, no *República Juvenil*, *Jornal de Artes e Letras*, *Notícias da Amadora*, *O Professor*, antes do 25 de Abril, e já no regime democrático, no jornal *Margem Sul* (fundador e director), *Diário de Lisboa*, *Repórter de Setúbal* e nas revistas *Património*, *Poder Local*, *Movimento Cultural*, *Binómio*, entre outras.

Enquanto escritor, tem-se dedicado sobretudo à poesia, ao ensaio e à crónica. *Flor de Sal* é o primeiro romance do autor.

Bibliografia

www.cm-seixal.pt

1986 (Poesia),
Incertos Dias, Publicações Folha d'Hera

1995 (Poesia)
Marca d'Água, Publicações Folha d'Hera

1999 (Ensaio)
Formas de Liberdade, Montepio Geral,
fotos de Pedro Soares

2004 (Poesia)
A Seda das Palavras, Publicações Folha d'Hera

2005 (Ensaio)
Governo Local, Participação e Cidadania, Nova Vega

2005 (Biografia),
Pescadores de Mar Muito – Testemunhos de Ângelo Sobral Farinha, Publicações Folha d'Hera,
com João Martelo

2007 (Crónicas)
Alice no País do Faz-de-Conta, Publicações Folha d'Hera

2009 (Romance)
Flor de Sal, Publicações Folha d'Hera

câmara municipal do seixal
siga o nosso concelho

CONVERSAS
COM A
Escrita



Apresentação da obra – 21 de Novembro de 2009, 16h,
Galeria Augusto Cabrita - Fórum Cultural do Seixal

FLOR DE SAL

FOLHA D'HERA



Do romance

Flor de Sal, cujo prefácio é da autoria de José Barata Moura, é uma história construída em torno de factos reais ocorridos com uma pessoa comum, e que circunstancialmente foram ao encontro do autor. Arlindo Mota deixou-se tocar por eles e restitui-nos o conhecimento de acontecimentos que ensombraram a vida do protagonista real, sendo em torno deste que Arlindo Mota constrói a personagem principal do romance e todo o universo ficcional narrativo.

Num romance curto, que não se perde em descrições longas, o autor conta-nos uma história, uma história da história, cuja linha dramática se sustenta num facto documentado ocorrido na ascensão do salazarismo, no tempo em que já se afirmava o enquadramento mental, social, político e cultural do regime fascista, e que encontrou, na pequenez mesquinha e oportunista da própria sociedade portuguesa, um caldo de cultura tão propício ao seu desenvolvimento e duradoura afirmação que se prolongou por 48 anos.

Flor de Sal é como um instantâneo fotográfico que isola uma história da repressão então amplamente socializada. E imaginamos Arlindo Mota, primeiro com a avidez do historiador, a ler o processo disciplinar do caso e depois, com o entusiasmo de escritor, a criar a personagem Gouveia e Mello, o secretário da Câmara de Alcochete, e a acompanhar as consequências de um acto legal tão limpo que o caso pode parecer-nos hoje quase irrelevante.

Como é comum nas virtuosas personagens clássicas, também aqui o protagonista, Artur Homem de Gouveia e Mello, enfrenta um dilema: a sua acção deve dar primazia a princípios de valores e à lei ou deve orientar-se pela obediência e respeito dos interesses particulares dos representantes do regime? Feita a escolha, desabam sobre si as consequências imprevisíveis mas inexoráveis decorrentes dos seus actos. A razão da sua queda funda-se na superioridade dos seus princípios e valores, em ser coerente com eles sem se submeter a comprometimentos políticos.

Este romance é também um fresco social de época, um retrato de pequenas coisas banais, de aborrecimentos e satisfações que ordenam os quotidianos familiares dos lugares de província, de vislumbres de uma imagética de Lisboa e da sua Meca intelectual: o Chiado. E de impressivas memórias do encanto de espaços como Sesimbra e a Comporta, tão ancorados em lembranças daqueles dias grandes, como só o podem ser os de férias e os dos Verões de infância e juventude.



DO CASAMENTO INFELIZ DE MARIA MADALENA E DE COMO ELA SE ACABARA POR LIVRAR DELE

Maria Madalena tinha ainda bem presente a forma como tivera de enfrentar a sociedade da vila onde fora nascida e criada, tudo porque ousara libertar-se da clausura de um casamento infeliz, mesmo se o marido, alcoólico inveterado e mulherengo, lhe batia até deixar marcas, entre outras ofensas que preferia agora ignorar. Na inocência dos seus vinte anos, e se a principio acolhera com resignação aquela escolha da família, uma revolta surda ia-se apoderando dela, até à gota de água de uma amante mantida pelo cônjuge, sem pudor ou recato. Desobedecendo à lei e aos costumes, resistiu tenazmente às fantasias libidinosas que Castro Franco, o marido, de quando em vez, sobre ela, qual presa agrilhoada, intentava prepretar. Valera-lhe a mãe, senhora bondosa e austera, que conhecendo o descabro físico e moral em que a vida da filha se havia transformado, lhe fornecia discreto, mas vital apoio, naquela luta desigual pela dignidade. Ajudara-a até a afastar-se, a pretexto de maleita do espírito, para casa de uma tia, numa vila que distava mais de duzentos quilómetros por entre acessos ruins.

Aí ficou, até que as suas faces voltassem a ficar rosadas e, por vezes, até, chegar a assomar naquele rosto doce, um sorriso, se não de felicidade, pelo menos de alívio pela distância e esquecimento que aquela sempre traz.

O marido, contudo, não desistira e ameaçava constantemente ir por ela, apesar de advertido para o facto de a sua presença não ser benquista e nisso o tio mostrava uma bravura diferente do pai e, economicamente bem acolchoado na vida, dera ordens aos criados para manterem discreta vigilância a fim de se assegurar que Castro Franco não voltava a contactar a sobrinha sem o consentimento dela. Ameaçada pela justiça, fora nesse contexto que haveria de conhecer e apaixonar por Gouveia e Mello, que após terminar o seu curso de direito, se fixara, provisoriamente, na terra de origem dos pais, onde começara a exercer advocacia. Fora nessa qualidade que o tio os apresentara e ele passara a frequentar, cada vez com mais assiduidade, o solar da família.

Os serões eram agora mais animados com a presença quase diária do Advogado que, apesar do seu ar sisudo, parecia transfigurar-se na presença de Maria Madalena. Esta, por seu turno, quase se esquecera da triste condição em que, ainda tão nova, se vira mergulhada, sem vislumbrar saída, nem ânimo para o fazer. Quando a jovem senhora, a instâncias do tio, se recreava tocando, com graciosidade, peças de alguns conhecidos compositores clássicos, que lhe evocavam uma infância feliz, onde todos os sonhos ainda eram possíveis, Gouveia e Mello ficava extasiado a ouvi-la, fixando demoradamente aquelas mãos ágeis que voavam sobre as teclas, provocando sons vibráteis, que não deixavam de o inquietar. Outra noite fora a sua vez de, encorajado pelos anfitriões, recitar poemas de autores portugueses, como era comum fazer nas tertúlias. E como declamava bem, pensava no seu íntimo Maria Madalena.

Nos finais de tarde dos dias mais quentes, deambulavam pelo jardim frondoso, plantado há mais de um século por Moreira da Cunha, avô de Sampaio e Cunha, seu tio. Fora aí que, certo dia, Gouveia e Mello, recatadamente, mas com ternura, lhe endereçara tímidas palavras que faziam adivinhar intenções que iam para além da simples amizade o que, decididamente, lhe fez estremecer o coração, apesar de não ser nada que já não suspeitasse. Apesar dos seus esforços, não conseguiu evitar que, indomáveis, um par de lágrimas fossem mansamente caindo pelo rosto, enquanto lia a prosa que, sob a forma de alegoria, não podia ter outro destinatário senão ela.